

Fenomenologia O Método

*Augusto Novaski**

Resumo: As características do método filosófico distinguem-no do científico, do didático e de outros. A visão que o filósofo tem da realidade mostra a ele como deve abordá-la. Exemplifica-se com o positivismo e o marxismo. Para o fenomenólogo, o mundo, enquanto tal, humano ou não, tem uma estrutura que consiste em mostrar-se e ocultar-se, dois componentes simultâneos dessa estrutura. Se há algo sempre e sempre oculto em tudo o que se mostra, estamos conseqüentemente obrigados a decifrar esse claro-escuro, desocultar o escondido, revelar o velado. Há então e sempre um sentido direto e um indireto, este último só podendo ser apreendido através do primeiro. É precisamente essa estrutura que nos permite garantir que a interpretação, ou hermenêutica, é o método fenomenológico.

Palavras-chave: Fenomenologia; método filosófico; interpretação; hermenêutica; estrutura simbólica; sentido direto; sentido indireto.

Abstract: The characteristics of the philosophical method distinguish it from the scientific one, the didactic one and others. A philosopher's perception of reality shows him/her how it must be approached, and this can be observed in positivism and marxism. For a phenomenologist, the world, as it is, either human or not, has a structure that consists in revealing and hiding, which are two simultaneous components of this structure. If there is always something hidden in everything that is shown, we are consequently obliged to decipher this clear-dark set, to show what is hidden, to disclose what it is veiled. So, there is always a direct and an indirect sense, and the latter can only be understood through the first. It is this very structure that allows us to guarantee that the interpretation, or hermeneutics, is the phenomenologic method.

Key words: Phenomenology; philosophical method; interpretation; hermeneutics; symbolic structure; direct sense; indirect sense.

Uma boa e saudável iniciativa, quando se aborda um assunto que dê margem a muitas interpretações, é começar por dizer do que realmente se trata, desbastando possíveis equívocos de entendimento por parte do leitor ou de insuficiente explicação por parte do escritor.

* Professor Doutor em Filosofia da Educação, atua no Mestrado em Educação da UNISAL (Centro Universitário Salesiano) de Americana. mluciasilveira@uol.com.br

A palavra método é um termo que enseja mais de um significado, já que comporta uma polissemia bastante diversificada; de imediato, dois sentidos eu lhe destacaria, esclarecendo a opção que aqui será feita: há o método didático e o método filosófico. O didático refere-se a um conjunto de procedimentos, de táticas ou de técnicas que têm por função racionalizar um trabalho ou uma tarefa que alguém se dispõe a fazer, procedimentos esses que variam de acordo com o objetivo que se tem em mente. Para trabalhar neste computador, por exemplo, tenho que me ater a umas quantas técnicas que foram inventadas para que houvesse o mínimo desperdício de tempo, de energia; para que houvesse racionalização do trabalho, numa palavra. Um professor, ao elaborar também o seu trabalho, uma aula, por exemplo, busca algumas técnicas, algumas estratégias que, com economia de tempo, de espaço, de energia, alcancem com mais rapidez o objetivo que ele e os alunos têm em mente. Nos dois exemplos, trata-se do que chamamos de método, método didático. O importante aí é que esse conjunto de técnicas, de procedimentos, que chamamos de método, é facultativo, depende da vontade de quem o inventou e também da vontade de quem o vai executar. E isso é importante destacar porque é aí que reside a diferença entre esse método e o filosófico. E, mais importante ainda, é aí que se instala definitivamente a beleza do método filosófico, com todas as conseqüências, implicações, exigências e compromissos que ele carrega.

O método filosófico, então, não depende da vontade, dos humores do filósofo. Já vem embutido na visão que ele tem da realidade. Explico-me.

Todo filósofo tem uma maneira peculiar de ver o mundo, as coisas do mundo, uma maneira de ver a si mesmo e as outras pessoas, que, por um lado, certamente tem muito de pessoal, de idiossincrático, mas também, por outro lado, é um olhar que toda essa palpitante e dinâmica realidade exige que tenha um sólido teor objetivo, sem o qual esse olhar não teria suficiente robustez e envergadura para ser o fundamento e o ponto de partida para a construção desse edifício que costumamos chamar de sistema filosófico. E o método ou o caminho o acesso a essa realidade está nessa junção do subjetivo com o objetivo, na qual vai se depurando cada vez mais o primeiro em benefício do segundo, para que se estabeleça certa distância entre o sujeito e o objeto, distância essa que não tem nada a ver com a pretensa neutralidade da investigação, mas é, isto sim, uma tentativa de voar mais alto para ver mais longe, já que é muito difícil ler um texto que está rente ao nosso nariz. E a realidade ao nosso redor é um texto que precisa ser bem lido.

O método filosófico, dissemos, está intrinsecamente colado à visão que o filósofo tem da realidade; não é inventado - resulta sempre de uma perspectiva que, mesmo não esgotando todos os sentidos que a realidade comporta, fornece um seguro caminho e instrumentos adequados para decifrá-la. Alguns exemplos podem esclarecer. Augusto Comte não inventou o método positivista. Se para ele o

ser humano não se diferencia essencialmente de uma árvore ou de uma pedra, então o caminho - método - para entender e descrever os negócios humanos deve ser o mesmo que se usa para entender e descrever uma árvore ou uma pedra, e às ciências humanas cabe o mesmo método que o aplicado às ciências da natureza. Pode-se atribuir a ele certo erro de cálculo: o ser humano (felizmente...) não é o que ele imaginava, mas não se pode negar a impecável coerência do seu método com a realidade, tanto assim que é inegável a contribuição para todos os ramos do conhecimento e da atividade humana, pois há aspectos dessa realidade que se prestam muito bem para uma análise positivista.

Por sua vez, Marx e Engels, outro exemplo para ilustrar a especificidade do método filosófico, não inventaram um. A realidade se lhes apresentou constituída de elementos que se contradizem, mas que na própria contradição já trazem um terceiro que os supera e ao mesmo tempo se constitui como contradição para um outro. O método dialético não foi inventado por Marx e Engels e, mesmo que, como qualquer método, ele não dê conta de inventariar toda a realidade, esta tem aspectos que se prestam muito bem para uma abordagem dialética.

Um terceiro exemplo seria o método fenomenológico, tema deste texto e que passo a considerar. Buscarei primeiro os pressupostos que lhe dão sustentação, com o intuito de mostrar a coerência que existe não só entre ele e esses pressupostos, mas também entre ele, os pressupostos e a maneira como o fenomenólogo vê o mundo, os outros e a si.

Na etimologia já vamos encontrar algum indício, nada desprezível, aliás, que vai orientar o pensamento na direção do método. De *phainestain* mostrar, manifestar – vem *phainomenon* – o que se mostra, o que se manifesta. Tudo o que se mostra para nós, tudo o que é percebido pelos sentidos ou pelo intelecto, está nessa categoria chamada fenômeno. Entretanto, há que considerar que todo e qualquer fenômeno comporta uma estrutura essencial, independente, portanto, da vontade ou dos humores de quem o percebe, estrutura essa que é o primeiro indício, como foi dito acima, a nos mostrar a estrutura do método fenomenológico e, quero já antecipar, trata-se realmente de uma estrutura, de uma disposição, de uma composição, e nunca de uma ordenação de passos formais, tal como acontece com o método científico. Não é à toa que a fenomenologia quer ser antes de tudo um estilo, um estilo de pensar, de ver as coisas, o mundo.

Mostrar e ocultar, eis aí a estrutura de todo fenômeno. A conjunção *e* entre os dois verbos é proposital: é para enfatizar a simultaneidade que ocorre entre esses dois componentes do fenômeno: ao mesmo tempo que ele se manifesta, se esconde; ele sempre se oculta nas dobras daquilo que se mostra diretamente. Há sempre um sentido indireto naquilo que se nos mostra; e, por ser indireto, não quer dizer que seja menos importante do que o sentido direto e primeiro que nos afeta; talvez e quase sempre é o que mais interessa, como nos atesta a psicanálise ao

adentrar pelos meandros do inconsciente. Falei anteriormente que iria mostrar os pressupostos que dão sustentação ao método da fenomenologia: com efeito, na estrutura do fenômeno reside o pressuposto inicial e, por ser pressuposto, filosoficamente falando, não há nada antes dele que o explique. E certamente há uma inquestionável coerência do método com esse pressuposto: se há algo sempre e sempre oculto em tudo o que se me mostra, então estou constantemente obrigado a decifrar o que não consigo sequer lobrigar nas dobras do aparente. Ora, decifrar é o mesmo que interpretar e interpretar, por sua vez, quer dizer desocultar o escondido, trazer à tona o que está no fundo, revelar o velado, denunciar o dissimulado. Esse é o método fenomenológico, embutido na descrição que porventura queiramos fazer do que quer que caia sob nossa percepção.

Convém fazer aqui algumas ressalvas para destacar a especificidade dessa operação mental, a interpretação que, embutida na descrição fenomenológica, tem suas exigências, seus compromissos e prescrições, e não necessariamente passos formais, como dissemos acima. A primeira ressalva é que não se deve confundir interpretação com análise. Digo isso porque freqüentemente deparamo-nos com dissertações ou teses em que o pesquisador, de posse dos dados ou testemunhos da pesquisa de campo, contenta-se em deles fazer uma análise, ou, ao interpretá-los, reduz essa tarefa a um simples comentário daqueles dados. Se bem que toda interpretação seja um acréscimo que fazemos ao interpretado, esse adendo deve ser feito de tal maneira que, de um lado, evite a mera repetição e, de outro, não caia na cômoda cilada de estender-se em comentários de ordem estritamente pessoal. Tais extremos podem e devem ser evitados na medida em que nos dermos conta de que nessa tarefa não há somente a interpretação daquilo que está à nossa frente, do objeto, mas há também necessária e simultaneamente a interpretação daquele que interpreta. Essa a outra ressalva que faço, pois, para a fenomenologia, todo interpretar é sempre um interpretar-se.

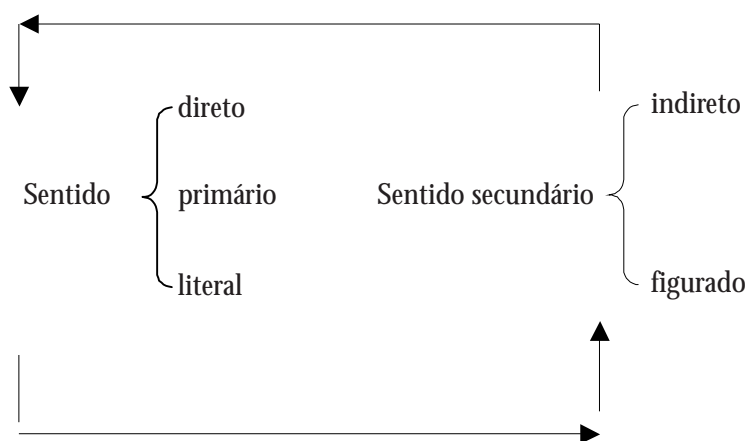
Vejam agora como se pode definir a interpretação. "...é o trabalho de pensamento que consiste em decifrar o sentido oculto no sentido aparente, em desdobrar os níveis de significação implicados na significação literal" (RICOEUR, 1978, p.15).

Vale lembrar que em lugar de interpretação será usado o seu sinônimo, hermenêutica, que não é pedantismo filosófico, mas retomada etimológica da palavra: Hermes, mensageiro alado, foi quem inventou, segundo a mitologia grega, a fala e a escrita, dois instrumentos de que dispomos para dizer e interpretar o que pensamos.

Fica aqui estabelecido, então, que a descrição-interpretação é o método por excelência da fenomenologia. Se a realidade enquanto tal e os seres particulares que a compõem têm mais de um sentido, se são plurívocos e se nessa multiplicidade de sentidos há os ocultos, então o caminho (método) mais adequado para abordá-

los é a interpretação. Entretanto, fica ainda uma pergunta aguardando resposta: por que tudo o que percebemos, isso que chamamos de realidade, tem essa estrutura de mostrar-esconder?

Já ouvimos várias vezes o ditado segundo o qual nós não vemos a realidade como ela é, mas como nós somos. Pode parecer exagero, mas há aí uma boa pitada de verdade. Isto porque, como vimos anteriormente, tudo o que percebemos comporta bem mais do que um só sentido; em outras palavras, há um teor simbólico em tudo o que percebemos: o símbolo sempre se interpõe entre nós e a realidade, o que pode muito bem ser esclarecido pela definição de símbolo: "...toda estrutura de significação em que um sentido direto, primário e literal, designa, por acréscimo, outro sentido indireto, secundário e figurado que só pode ser apreendido através do primeiro" (RICOEUR, 1978, p.15). Esquemáticamente temos:



O símbolo tem essa estrutura de duplo ou de múltiplos sentidos, o que é também confirmado pela própria etimologia desta palavra: *syn*, em grego, quer dizer junção, concentração, e *boleîn*, quer dizer significado, sentido. O símbolo junta, concentra vários significados ou sentidos.

Se pegarmos a definição de interpretação ou hermenêutica e a cotejarmos com a de símbolo, veremos a estreita correlação entre ambas. Mais interessante do que isso, entretanto, é a correlação entre símbolo e fenômeno ou, melhor ainda, entre a estrutura de ambos. No primeiro há o(s) sentido(s) que se "manifesta(m)" indiretamente e de modo secundário e figurado; no segundo, no fenômeno, há sempre um claro-escuro, algo que se oculta nas dobras daquilo que está patente, de tal maneira que podemos lhe aplicar a mesma característica do símbolo, que comporta o indireto, secundário e figurado. Esta breve digressão de nível semântico teve o intuito não só de responder a pergunta feita acima, mas também e principalmente de reforçar a tese segundo a qual a interpretação é o método por excelência da

fenomenologia, já que é isso, interpretar, o que fazemos quando queremos descobrir, desocultar o que está nas entrelinhas de um texto literário, nas entrelinhas dos nossos sonhos, nas entrelinhas daquilo que ouvimos ou falamos, nas entrelinhas do nosso choro e da nossa alegria, das nossas lamúrias e das nossas exaltações. Essas vivências são textos à nossa frente, conclamando a um discernimento daquilo que está em cifra.

Numa análise mais de perto pode-se perceber que a interpretação se confunde com o nosso próprio ato de existir, já que ela está presente, de modo intencional ou não, com maior ou menor intensidade, em tudo o que fazemos. Entretanto, se o método fenomenológico é a interpretação, não se pode dizer que toda interpretação é fenomenológica, isto é, nem toda tentativa de decifrar o que está oculto traz as características, as exigências metodológicas desse estilo chamado fenomenologia. Podemos decifrar desde um simples sinal de trânsito até os mais íntimos enigmas da nossa existência sem que por isso estejamos praticando o método fenomenológico. Passo então a ensaiar algumas considerações sobre essas exigências.

Primeiramente deve-se ressaltar que, para se descrever (interpretar) um fenômeno, há que se depurar a consciência de todo e qualquer (pré)conceito, de toda idéia oriunda do senso comum, da consciência ingênua, para então descrever o fenômeno tal qual aparece a essa consciência. Correto. Entretanto, só esse processo não se configura como fenomenológico. Com efeito, podem-se perceber aí alguns equívocos. O primeiro deles é que se tem a impressão de tratar-se de uma consciência anônima, sem rosto, uma consciência como que universal, à qual todos nós nos amoldaríamos indistintamente e ela, sobranceira, ditaria as boas regras (metafísicas, é claro) de como cada um em particular abordaria o fenômeno. Diferentemente disso, trata-se aqui inequivocamente da consciência de cada um de nós, datada historicamente com todos os contornos pessoais que dão a ela a marca e o jeito bem pessoal com que cada um vê e descreve o mundo e tudo o que ele contém, no momento em que acontece o encontro dela com o que ela visa. E aqui aparece um segundo equívoco. Tem-se também a impressão de que, desvincilhada de todo (pré)conceito, de todo (pré)julgamento a respeito do objeto visado, a consciência estaria limpinha, lúcida e serena para abordar com idéias claras e distintas aquilo que à sua frente aguarda o veredicto. Nesse contexto vale lembrar as investidas contra a consciência imediata, protagonizadas pelos três grandes mestres da suspeita: Marx, Nietzsche e Freud. Há as condições materiais da vida, há uma consciência por trás da consciência, há o inconsciente, diz respectivamente cada um. E a fenomenologia também está atenta às artimanhas da consciência imediata, ingênua. O que ela busca não é o que buscam Marx, Nietzsche e Freud. Seu movimento, congênere ao desses mestres da suspeita, e também os respeitando, é de uma espécie diferente: sua busca do arcano, do escondido, tem

o fito de trazer à tona tudo aquilo com que a consciência está envolta e que, queiramos ou não, interfere nos rumos que vai tomar a interpretação. De um modo bastante simples, concedo-me a coragem de exemplificar: se estou triste, essa tristeza é parte integrante da interpretação, não há isenção de ânimo; se estou me lembrando de algo que quero interpretar, o objeto a ser interpretado deve ser observado dentro da lembrança, que é “essencialmente” fugidia e não se confunde com uma memória fraca; se, por outro lado, sinto indiferença ou mesmo raiva do que interpreto, esse estado de ânimo vai direcionar minha interpretação de modo diferente dos estados anteriores.

Tenho para mim que remontar a isso que chamo de estados de ânimo é bem mais uma postura cuidadosa no processo da interpretação do que um imperativo a nos conclamar constantemente a uma infundável busca das emoções que permeiam inelutável e alternadamente as nossas percepções; levada ao extremo, a redução fenomenológica – porque é disso que se trata - seria como que um sutil convite a nos deitarmos no divã...

Este tema, redução fenomenológica, com a característica acima citada e com os muitos desdobramentos que lhe são peculiares, é motivo para análises bem mais precisas e detalhadas, o que alongaria demasiado este texto, cujo objetivo é um primeiro olhar sobre o método desse estilo de pensar que chamamos de fenomenologia.

De tudo o que foi dito, o olhar agora deve se deter numa advertência que a fenomenologia nos faz: o acesso ao objeto a ser interpretado faz parte da “essência” desse objeto.

Referências bibliográficas

RICOEUR, Paul. *Conflito das interpretações*. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda, 1978.

Recebido em 10 de abril de 2006 e aprovado em 23 de junho de 2006.